TESES
CONGRESSO DE UNIFICAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA
5 E 6 JUNHO

PARTE 1 / PARTE 2 / PARTE 3

POR UM SINDICALISMO CLASSISTA E SOCIALISTA

Como devemos atuar nos sindicatos [págs 6 e 7]

VALÉRIO ARCARY:

PORQUE NÃO VAMOS PARTICIPAR DA INTERNACIONAL CHAVISTA

[págs 14 e 15]

Leia também sobre a crise do chavismo na Venezuela [págs 13]

Opinião Socialista

PSTU

WWW.PSTU.ORG.BR ▸ NÚMERO 401 ▸ DE 01 A 14 DE ABRIL DE 2010 ▸ ANO 14

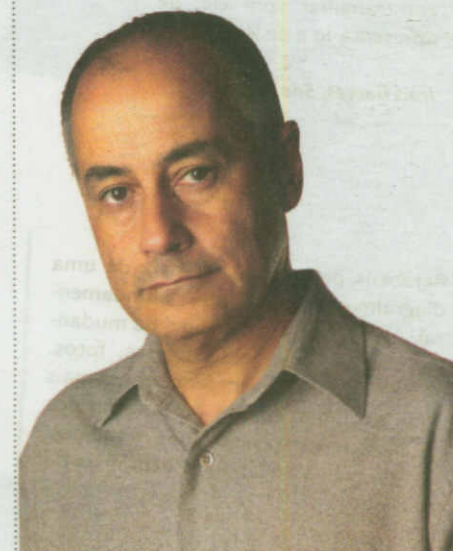
R$ 2

TRABALHO EM RITMO INFERNAL

Como a recuperação parcial da crise se dá através da superexploração dos trabalhadores [págs 8,9 e 10]

ZÉ MARIA VISITA O HAITI

Pré candidato do PSTU é o primeiro presidenciável a viajar ao país devastado pelo terremoto. Em entrevista ao Opinião ele fala sobre a campanha contra a ocupação militar

[pág 16]

FRACASSO DO ENEM

Governo deixa sobrar 7 mil vagas [pág 4]

PEDAGOGIA DO CASSETETE:

PROFESSORES ENFRENTAM PM EM SÃO PAULO

MG e RJ também estão em luta [pág 5]

PETRÓLEO: A POLÊMICA DOS ROYALTIES

[pág 12]

Helena Helena Helena Moreno

■ **P2 –** No dia seguinte à repressão da polícia de Serra na manifestação de professores, o Estadão publicou uma fotografia de um homem carregando uma policial ferida nos braços.

■ **P2 –** A A própria PM divulgou nota afirmando se tratar não de um professor, mas de um "policial à paisana", ou seja, um "P2", um policial infiltrado entre os manifestantes.

SÓ LOVE

De acordo com o economista Adriano Benayon, da Universidade de Brasília (UnB), a média de crescimento real do lucro dos bancos no governo FHC foi de 11% ao ano, acumulando 130% nos dois mandatos do tucano. Mas o governo Lula superou essa marca. Nos dois primeiros anos, a média anual subiu para 14%. De 2003 a 2007, para 19,8%, acumulando 147% em apenas cinco anos. O dado é revelador de como "nunca na história deste país" os bancos lucraram tanto.

pérola

Quero garantir que eles [soldados] saibam do orgulho que tenho deles

OBAMA, em viagem surpresa aos soldados norte-americanos ao Afeganistão, que durante seu governo já chegam a 100 mil. (Estado de S. Paulo, 29/03)

Ativista no dia 23 com a placa: "Sarko UMP vá embora"

'TERCEIRO TURNO'

Centenas de milhares de trabalhadores franceses foram às ruas no dia 23 de março protestar contra os ataques do governo Sarkozy. Os planos vão da reforma da previdência à flexibilização das leis trabalhistas. Com quase 200 manifestações realizadas em todo o país, a jornada de lutas foi chamada de "terceiro turno" social, em referência aos dois turnos das eleições regionais em que o partido do governo, o direitista UMP (Unidade para a Mobilização Popular), saiu derrotado. Segundo a CGT, cerca de 800 mil manifestantes saíram às ruas em todo o país.

BLOGS DO PSTU

Já conhece os blogs do PSTU do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Brasília? Então confira os endereços:

http://pstugaucho.blogspot.com

http://psturio.blogspot.com

http://pstubrasilia.blogspot.com

CHICOTADAS

Lembra da SuperVia, a concessionária cujos seguranças foram flagrados distribuindo socos, pontapés e até chicotadas quando passageiros tentavam entrar nos trens lotados? O episódio ocorreu há quase um ano, mas só agora a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos em Transportes (Agetransp) decidiu "autuar" a empresa. A SuperVia vai pagar uma multa ridícula, correspondente em 0,05% do faturamento anual de 2008. Em tempo: a empresa vai continuar prestando o 'serviço' à população.

Socos, pontapés e chicotadas

LULA RESPONDE LULA

Lula chama de "imbecis" os que criticam o uso eleitoral do programa Bolsa Família. Mas, há dez anos, num programa de TV do PT, dizia outra coisa. *"Lamentavelmente, no Brasil, o voto não é ideológico (...). Você tem uma parte da sociedade que, pelo alto grau de empobrecimento, é conduzida a pensar pelo estômago e não pela cabeça. É por isso que se distribui tanta cesta básica. (...) Porque isso, na verdade, é uma peça de troca em época de eleição. (...) Você trata o povo mais pobre da mesma forma que [Pedro Álvares] Cabral ratou os índios quando chegou ao Brasil, tentando distribuir bijuterias e distribuir espelhos para ganhar os índios. (...) Você tem como lógica manter a política de dominação que é secular no Brasil".*

Opinião do leitor

Escrevo apenas para parabenizá-los pelo nosso 'novo jornal'. Terei imenso prazer em trabalhar com ele, de apresentá-lo e de lê-lo.

Iraci Borges, São Paulo (SP)

Parabéns pelo jornal. A ideia de uma diagramação "mais limpa" é fundamental. Além disso, e o principal da mudança: menos texto, mais figuras, fotos. Acho que a linguagem tem que ser mais simples. Os operários de uma fábrica do ABC leem correndo nas máquinas. Agora, com esse jornal, é bem mais fácil de ler.

Bruna Sartori, Santo André (SP)

O jornal com sua nova cara causou boa impressão na regional. Achamos as matérias mais leves e de fácil compreensão. Tenho apenas uma sugestão: por que não colocar o tamanho da letra 12?

Elton Correa, Volta Redonda (RJ)

Elton,
Nesta edição já estamos aumentando a letra do jornal.

Redação

Escrevi já muitas vezes aos companheiros para exigir, sugerir e questionar. Desta vez, escrevo para parabenizar esta equipe. Certamente contemplou não apenas a mim, senão a muitos companheiros que almejavam avanços significativos na nossa comunicação com a classe.

Pedro Roberto Junior, de Fortaleza (CE)

Achamos que o jornal ainda não prepara suficientemente para as polêmicas do congresso de unificação. Poderíamos colocar mais claramente a posição das outras correntes.
Não seria de todo mal inclusive se abríssemos um espaço de polêmica no jornal, onde convidaríamos para escrever outros grupos.
Sobre o artigo do BBB, achei pessoalmente sectário. Claro que não devemos capitular e dizer que é uma maravilha, mas podemos dialogar melhor também em temas como esse.

Rafael, Belo Horizonte (MG)

Rafael,
Ficamos muito satisfeitos com a sua crítica à matéria sobre as teses no Opinião. A matéria do jornal passado trata diretamente das polêmicas mais importantes que estão colocadas para o congresso de unificação.
As outras teses só serão divulgadas após o dia 26/3. Vamos pensar na hipótese de abrir uma tribuna de debates com as principais teses para os congressos.

***André Freire,** autor da série "Teses para o congresso de unificação da classe trabalhadora"*

OPINIÃO SOCIALISTA
publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265, Saúde - São Paulo - SP
CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776
e-mail: opiniao@pstu.org.br

EDITOR
Eduardo Almeida Neto
JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)
REDAÇÃO
Diego Cruz, Gustavo Sixel, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva
DIAGRAMAÇÃO
Victor "Bud"
IMPRESSÃO
Gráfica Lance (11) 3856-1356
ASSINATURAS
(11) 5581-5776 assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas

Endereços das sedes

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - R Dr. Rocha Cavalcante, 556 - A
Vergel - (82) 3032 5927 *maceio@pstu.org.br*

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil)
(96) 3224.3499 *macapa@pstu.org.br*

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093 *manaus@pstu.org.br*

BAHIA

SALVADOR - Rua da Ajuda, 88, Sala 301 Centro (71) 3015-0010 *salvador@pstu.org.br*
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Rua Itapagipe, 64 - Santa Rita
VITÓRIA DA CONQUISTA
Avenida Caetité, 1831 - Bairro Brasil

CEARÁ

FORTALEZA *fortaleza@pstu.org.br*
BENFICA -Rua Juvenal Galeno, 710, 60015-340.
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul (SDS)-CONIC - Edifício Venâncio V, subsolo, sala 28 Asa Sul - (61) 3321-0216
brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - *vitoria@pstu.org.br*

GOIÁS

GOIÂNIA - R. 70, 715, 1° and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência)
(62) 3224-0616 / 8442-6126
goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550
saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921
Vila Planalto (67) 384-0144 *campogrande@pstu.org.br*

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE *bh@pstu.org.br*
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA - Travessa Dr. Prisco, 20, sala 301 Centro - juizdefora@pstu.org.br
UBERABA *uberaba@pstu.org.br*
R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629
UBERLÂNDIA - (34) 3229-7858

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*
Passagem Dr. Dionízio Bentes, 153 - Curió - Utingá - (91) 3276-4432

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1° andar - Centro (83) 241-2368 - *joaopessoa@pstu.org.br*

PARANÁ

CURITIBA - Edifício Tijucas - Avenida Luiz Xavier, 68, sala 608, Centro - Curitiba - PR, cep - 80020-020
MARINGÁ -Rua José Clemente, 748 Zona 07 - (44) 3028-6016

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua Monte Castelo, 195
Boa Vista - (81) 3222-2549

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO *rio@pstu.org.br*
(21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro *niteroi@pstu.org.br*
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Barros Júnior, 546
Centro *novaiguacu@pstu.org.br*
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE *sulfluminense@pstu.org.br*
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Rua 2, n° 153 - BNH - João Bonitoo (24) 2452 4530
VOLTA REDONDA - Edifício Aliança, R. Neume Felipe, 43, Sala 202, B. Aterrado
NORTE FLUMINENSE
MACAÉ - Rua Teixeira de Gouveia, 1766 (fundos) (22) 2772.3151 *nortefluminense@pstu.org.br*

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Apodi, 250
(84) 3201-1558

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE *portoalegre@pstu.org.br*
CENTRO - R. General Portinho, 243
(51) 3024-3486 / 3024-3409
PASSO FUNDO - Galeria Dom Guilherme, sala 20 - Av. Presidente Vargas, 432
(54) 9993-7180
GRAVATAÍ - R. Dinarte Ribeiro, 105, Morada do Vale - (51) 9864-5816
SANTA CRUZ DO SUL - (51) 9807-1722
SANTA MARIA - (55) 8409-0166
santamaria@pstu.org.br

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 77, Centro (48) 3225-6831
floripa@pstu.org.br
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696
agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br*
www.pstusp.org.br
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183
V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL - Rua Amaro André, 87 - Santo Amaro
BAURU - Rua Antonio Alves n°6-62 - Centro - (14) 227-0215
bauru@pstu.org.br
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786
(19) 3201-5672 - *campinas@pstu.org.br*
FRANCO DA ROCHA - Avenida 7 de setembro, 667 - Vila Martinho
edcosta16@itelefonica.com.br
GUARULHOS - *guarulhos@pstu.org.br*
Av. Esperança, 733 - Centro
(11) 6441-0253
guarulhos@pstu.org.br
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro
(12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Flaviano de Melo, 1213 - Centro - (11) 4796-8630
PRES. PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 11 Casa 5 - Jd. Caiçara - (18) 3903-6387
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos (16) 3637.7242 *ribeiraopreto@pstu.org.br*
SÃO BERNARDO DO CAMPO - Rua Carlos Miele, 58 - Centro (atrás do Terminal Ferrazópolis) - *(11)4339-7186*
saobernardo@pstu.org.br
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
sjc@pstu.org.br
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759
(12) 3941.2845
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865
sorocaba@pstu.org.br
SUZANO *suzano@pstu.org.br*

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b
Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530
aracaju@pstu.org.br

Um momento para ser guardado por anos

Existem momentos na vida política que valem mais que sua própria duração.

Clinton e Bush foram ao Haiti para ver o país depois do terremoto. Repetiam a farsa da "ajuda humanitária", na verdade a dominação econômica e militar agora assegurada por 13 mil soldados norte-americanos. Um jornalista flagrou o momento em que, logo depois de um aperto de mão a um haitiano, Bush limpou a mão com nojo na camisa de Clinton.

Por trás desse momento, existe toda uma estratégia de exploração do país mais pobre das Américas. A miséria haitiana dá muito lucro, pois as multinacionais têxteis podem produzir muito próximo dos EUA, pagando um salário equivalente a R$ 110 mensais. E agora, a "reconstrução" do Haiti vai possibilitar negócios para construtoras multinacionais. É isso que justifica a visita de Clinton e Bush.

Lula visitou o Haiti em fevereiro passado para assegurar que as tropas brasileiras sigam no país. Pelo seu peso entre os trabalhadores brasileiros, Lula consegue fazê-los acreditar que as tropas têm uma "missão humanitária". O verdadeiro papel dos soldados no Haiti, porém, é assegurar a "estabilidade" do país, através da repressão às mobilizações dos trabalhadores.

Não houve um momento revelador na passagem de Lula pelo Haiti. Talvez pudesse ocorrer antes, se um repórter tivesse coberto a visita ao país de uma delegação de empresários brasileiros em 2009. Nela estava o filho do vice-presidente José de Alencar, dono da Coteminas, uma das maiores empresas têxtil brasileiras, também interessada na exploração dos trabalhadores haitianos e na exportação para os EUA.

Mas a esquerda socialista também tem grandes momentos de luta contra a exploração de nossos povos, que marcam positivamente toda uma geração. Nesses dias está se dando um desses momentos. Enquanto fechávamos essa edição uma delegação da Conlutas partia para o Haiti e, como parte dela, estava Zé Maria, que também é o pré-candidato à presidência pelo PSTU. Trata-se do primeiro - e talvez o único - candidato a visitar o Haiti.

Se Lula abandona todas as tradições da esquerda ao se aliar com Bush, Clinton e Obama na ocupação militar do Haiti, Zé Maria vai a esse país para mostrar que o governo não fala em nosso nome.

A solidariedade ativa da Conlutas, conseguida junto aos trabalhadores e estudantes brasileiros, vai ser entregue aos trabalhadores e estudantes haitianos, através de Batay Ouvriyé (Batalha Operária), para que isso sirva também para a luta contra a ocupação militar.

O internacionalismo concreto é parte das tradições da esquerda socialista. Nos tempos atuais, em que vemos tantos exemplos da degradação da esquerda simbolizadas nas práticas do PT, é muito bom resgatar bandeiras tão importantes como o internacionalismo proletário.

Os holofotes da imprensa burguesa não estarão lá, mas seguramente os ativistas que saberão dessa visita estarão orgulhosos de saber que sua luta contra a ocupação militar do país vai estar representada nessa delegação. E ajudarão a divulgá-la, lutando contra a corrente.

Não às eleições indiretas no DF!

RODRIGO DANTAS, professor de filosofia da UnB e pré-candidato ao governo do DF

Depois da prisão e cassação do governador Arruda (DEM) e da renúncia de seu vice, o mega-empresário da construção civil Paulo Octávio (DEM), a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou a convocação de eleições indiretas para governador. A mesma Câmara majoritariamente ligada aos governos corruptos de Roriz e Arruda, que tem a maior parte de seus integrantes envolvidos no vasto esquema de corrupção instalado em Brasília e não foi capaz de fazer o impeachment dos dois corruptos, terá agora a prerrogativa de eleger o governador do DF.

Dos 24 deputados da Câmara (em sua absoluta maioria políticos-empresários), 19 fazem parte da base do governo corrupto de Arruda. Nada menos que 12 deputados e 14 suplentes estão na lista dos investigados pela justiça. A Comissão de Ética da da Câmara, presidida pela deputada Érika Kokay (PT), decretou a impunidade geral, votando por unanimidade a não abertura de processos contra os deputados e suplentes sob suspeita de corrupção, exceto os três flagrados em vídeos. O atual presidente da Câmara, deputado Cabo Patrício (PT), apresentou projeto de lei que beneficiava diretamente as empresas da família do ex-presidente da Câmara, Leonardo Prudente (DEM).

A Câmara Legislativa não tem qualquer autoridade moral ou política para continuar a governar, legislar ou julgar a si mesma. Também não podemos aceitar um interventor federal autoritariamente indicado pelo presidente Lula, uma saída ditatorial, que em nada asseguraria a punição dos corruptos, uma vez que boa parte deles integra partidos da base aliada do PT no governo federal. No regime político burguês, as eleições diretas ainda são o método mais democrático para que a população escolha seus governantes. Por isso exigimos a antecipação das eleições e fazemos um chamado a todos os movimentos sociais e partidos políticos a não apoiarem as eleições indiretas ou a intervenção federal. Nenhuma dessas saídas contempla as reivindicações do movimento que vem lutando bravamente para exigir a punição dos envolvidos. Apenas a mobilização dos trabalhadores e da juventude pode conseguir a cassação de todos os envolvidos, sua prisão e o confisco de seus bens.

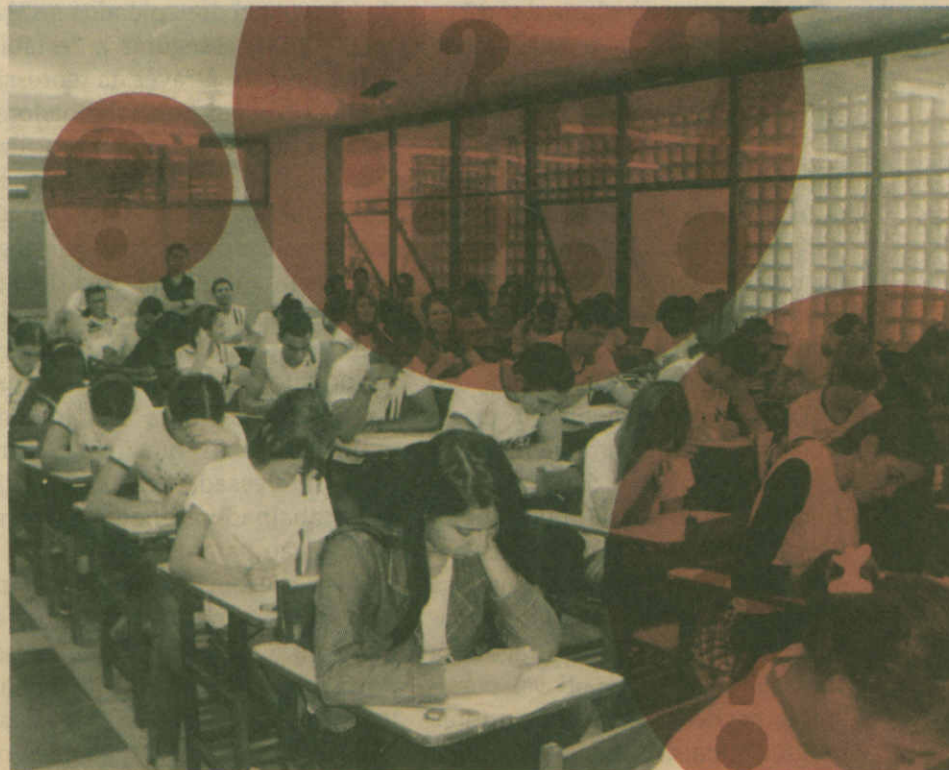
Sabemos que a corrupção não se limita ai Distrito Federal: o mensalão do PT e de sua base aliada, o mensalão do PSDB e o do DEM, demonstram que a corrupção do regime político burguês está enraizada no seu modo de funcionamento. Só um governo socialista dos trabalhadores poderá colocar a riqueza produzida pelos trabalhadores s serviço de suas próprias necessidades e direitos.

Nas eleições, chamaremos os trabalhadores e a juventude a repudiar os políticos-empresários e negar seu voto aos que nos exploram todos os dias. É hora de votar nos socialistas! É hora de votar nos que dedicam suas vidas à luta dos trabalhadores! É hora de construir uma sociedade em que governem os trabalhadores!

Descaso e incompetência no primeiro ano do novo Enem

GLÓRIA TROGO, da Secretaria Nacional de Juventude do PSTU

O governo anunciou recentemente o cancelamento da prova do novo Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) que seria realizada no meio do ano. A experiência trágica com o modelo deixou clara a demagógica proposta de unificar o vestibular. Depois da terceira e última etapa de seleção, ainda restam 7 mil vagas a serem preenchidas nas instituições de ensino superior que aderiram ao novo Enem (Folha de S. Paulo, 17/03). As aulas já começaram e 136 mil jovens estão numa lista de espera na expectativa de conseguir estudar numa universidade pública. Mas o festival de descaso e incompetência não para por aí. No ano passado, a prova vazou e foi adiada, e neste ano a lista de classificados divulgada no domingo, dia 14 de março, foi modificada 30 minutos depois. O episódio confundiu os estudantes. Quem pensava que estava aprovado perdeu sua vaga. Todos esses problemas significam muita coisa num país em que 96% dos jovens estão excluídos da universidade pública, tornando a conquista de uma vaga o sonho de milhões.

O Enem foi criado em 1998 e já era utilizado por algumas universidades como primeira fase do vestibular. Em 2009, o governo Lula reformulou a prova e anunciou o novo Enem como forma de ingresso nas universidades em alternativa ao vestibular. Junto com isso foi criado o Sisu, que é o sistema informatizado utilizado para selecionar os candidatos. As universidades podem aderir ao novo Enem de quatro formas diferentes: como primeira etapa do vestibular; como critério de preenchimento de vagas ociosas; combinado com o vestibular tradicional; ou como fase única de seleção. O estudante faz a prova e pode escolher entre cinco opções de curso entre todas as universidades que aderiram ao programa.

Cartaz de propaganda do governo

MUITA DEMAGOGIA E NENHUM AVANÇO

O governo anunciou o Enem como o fim do vestibular. Na verdade, ele está muito longe de significar qualquer avanço na democratização do acesso ao ensino superior. O governo argumenta que a nacionalização da prova é um benefício para os estudantes de baixa renda e que, além disso, aumentaria o acesso às vagas das universidades mais distantes dos grandes centros. Tudo isso, porém, não passam de palavras vazias. O novo Enem é tão elitista e meritocrático quanto o vestibular. As vagas de todas as universidades do país são disputadas entre todos os estudantes. Vencem aqueles que tiveram melhores condições sócioeconômicas em seu ensino médio e que, portanto, poderão optar pelas melhores universidades.

Perto ou longe de casa está garantido o acesso ao ensino superior daqueles que podem pagar pelo ensino médio privado e também pelo deslocamento e custeio dos estudos em outra cidade. Para quem estudou na escola pública ou tem poucas condições de se manter longe da família, praticamente nada mudou.

> Notas do último Enem demonstraram que as desigualdades sociais e regionais definem quem tem ou não direito de estudar

As notas do último Enem demonstraram o que já era evidente: as desigualdades sociais e regionais definem quem tem ou não direito de estudar. A nota média geral dos estudantes que cursaram o ensino médio particular no Sudeste é 70,55, enquanto que a nota média dos estudantes que cursaram ensino médio público no Nordeste é de 44,93. É justo um sistema de seleção no qual esses estudantes competem por todas as vagas disponíveis nas universidades públicas brasileiras?

Tampouco as universidades localizadas fora dos grandes centros foram beneficiadas pela prova unificada. É justamente nelas que sobraram mais vagas após a segunda etapa de inscrições. Uma pesquisa do IBGE realizada em 2007 constatou que apenas 0,04% dos estudantes do primeiro ano do ensino superior vieram de outro estado. O novo Enem, portanto, não toca na raiz do problema da baixíssima mobilidade estudantil brasileira. A maioria das famílias não tem condições de manter o filho estudando em outra cidade e as políticas de assistência estudantil não chegam nem perto do mínimo necessário.

INVESTIR EM EDUCAÇÃO

Qualquer proposta de democratização do acesso à universidade sem aumento real das verbas da educação é pura demagogia. Nem o novo Enem, nem a expansão de vagas do Reuni (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) significam um avanço na democratização das universidades. O Brasil segue investindo pouco mais de 4% do PIB em educação, isto é muito menos que o percentual investido em outros países do mundo. Lula sequer retirou os vetos de FHC ao Plano Nacional de Educação (PNE) que impedem que 7% do PIB do país seja imediatamente investido. Com investimento adequado, seria possível investir no ensino médio e básico, aumentar substantivamente as vagas oferecidas no ensino superior e dar plenas condições de estudo, com moradia, bolsa e bandejão a todos os estudantes brasileiros. ■

Educação pública de qualidade para todos

Muitos dos que defendem os projetos educacionais de Lula pensam que o governo está fazendo o possível. Muitos pensam que a desigualdade e o fato de sermos um país pobre impedem o acesso universal ao ensino superior. Isso não é verdade. O Brasil é um país rico e teria total condição de fazer isso. Mas o governo Lula escolheu um lado e priorizou os grandes empresários em seu governo. Em 2009, no auge da crise econômica, destinou R$ 1 bilhão para as faculdades privadas em crise, enquanto os milhares de estudantes inadimplentes ficaram à mercê do Cineb, uma espécie de SPC da educação criado pelos tubarões do ensino para impedir a matrícula dos inadimplentes em outras instituições de ensino.

Se a riqueza do país fosse investida na melhoria das condições de vida dos trabalhadores e da juventude, as coisas seriam bem diferentes. Por exemplo, se o pré-sal fosse 100% estatal, dobrar as vagas nas universidades públicas seria pouco perto do que poderia ser feito. É preciso suspender imediatamente os vetos do PNE, investir 10% do PIB em educação e assim constituir as bases para uma verdadeira democratização do ensino superior.

Educação para por salários e condições de trabalho

Em vários estados, trabalhadores do magistério vão à luta contra a precarização do ensino

WLADMIR AGUIAR

DA REDAÇÃO

Trabalhadores da educação em diversos estados estão cruzando os braços e indo à luta em defesa dos salários e condições de ensino. Além dos professores da rede estadual paulista, parados desde 8 de março, os trabalhadores do magistério de Belo Horizonte (MG) também entraram em greve a partir do dia 18.

Enquanto fechávamos essa edição, os professores da rede estadual do Rio preparavam uma paralisação e um grande ato da campanha salarial. Os professores denunciam o arrocho de 60% dos salários nos últimos 10 anos.

REPRESSÃO

No estado, os professores da rede pública reivindicam 34% de reposição (perdas desde 1998), a abertura de concurso para efetivação dos docentes (hoje quase metade dos 220 mil professores é temporária), além da limitação do número de alunos por sala.

O governo de José Serra (PSDB) se mantém intransigente, recusando-se a negociar. O governo paulista nem mesmo reconhece o movimento, afirmando que a adesão da paralisação chega a apenas 1%, mentira também difundida pela imprensa.

As manifestações massivas, no entanto, desmentem essa versão. Os professores realizaram dois atos na Avenida Paulista, reunindo, respectivamente, 40 e 60 mil docentes, segundo a Apeoesp, principal sindicato da categoria. No último dia 26, embaixo de chuva, 20 mil tentaram fazer uma manifestação próxima ao Palácio dos Bandeirantes, mas foram duramente reprimidos pela polícia.

"A polícia começou a bater, espirrar gás de pimenta e atirar com balas de borracha e bombas de gás", relata a professora Letícia Rabello, atingida com estilhaços de bomba de efeito moral. Os docentes, porém, não se intimidaram e mantiveram a greve.

> "A polícia começou a bater, espirrar gás de pimenta e atirar com balas de borracha"

GREVE EM BH

Na capital mineira, assim como ocorre em São Paulo, os servidores da Educação sofrem com os baixos salários e a política de bônus por mérito do prefeito Márcio Lacerda (PSB). Os trabalhadores denunciam que, nos últimos anos, as perdas salariais da categoria ultrapassam os 22%. Os educadores são vítimas ainda de doenças provocadas pela extenuante jornada.

Os servidores decidiram cruzar os braços no dia 18, mas até agora o prefeito se recusa a negociar. No dia 23, a categoria fez uma grande manifestação que reuniu, segundo a própria polícia, 1.500 pessoas nas ruas de Belo Horizonte. Os docentes do magistério estadual também podem se juntar à greve, tendo indicativo para parar no dia 8 de abril. ■

"A Educação virou um produto"

Professor testemunha processo de degradação do ensino público paulista

DIEGO CRUZ, da redação

Quando cursava a faculdade, o então estudante Luciano Lira sonhava em trabalhar com "ser humano". Via na escola e na carreira de professor sua chance para isso. *"A escola era o lócus em que se trabalhava com o ser humano"*, afirma Luciano, que começou a dar aula de Filosofia na rede pública de São Paulo em 1994.

Com o passar dos anos, porém, como outros incontáveis colegas, o professor se decepcionou. Não é difícil entender a razão. Ele testemunhou todo o processo de sucateamento do ensino naqueles anos. *"Quando comecei, as condições não eram tão ruins, mas foram piorando muito"*, conta.

Luciano reclama que a Educação passou a ser vista como um mero produto, e as escolas, como verdadeiras fábricas. *"Temos a sala superlotada, uma carga de trabalho multiplicada para que possamos pagar as contas, além de uma série de leis que vem aprovadas que, no mínimo, nos deixam bastante angustiados"*.

O professor de Filosofia dá aulas há três anos numa escola do bairro do Rio Bonito, na Zona Sul da capital. O grande número de turmas que é obrigado a pegar impossibilita que suscite ou desenvolva qualquer tipo de reflexão, o que deveria ser o objetivo de uma disciplina como a sua. *"Eu tenho 1 aula em cada sala, então, para pegar 20 aulas e receber R$ 920, tenho que pegar 20 turmas, de 40 a 50 alunos cada, então eu vou ter uma quantidade de alunos que torna praticamente impossível desenvolver um bom trabalho"*, conta.

Luciano Lira: 'condições foram piorando com os passar dos anos'

Hoje, ele dá aula para 17 turmas e só consegue sobreviver como professor por trabalhar também em outra escola. *"É bem raro o professor que não tem um problema de estômago ou que não está estressado"*, denuncia. *"Algum professor deve ter feito mal pra esse governo, porque pra não gostar de professor assim... alguma coisa deve ter acontecido"*.

O professor, mesmo indignado contra o que chama de desestruturação do Ensino Público nos últimos 15 anos, não se mostra prostrado ou desanimado. *"Acredito que vamos conseguir com a nossa luta reverter muita coisa que foi feita contra a escola pública nos últimos anos"*, diz, segurando uma bandeira da Conlutas e com uma faixa na cabeça com a frase "professores em greve".

Política de Serra segue a de Lula

Em São Paulo, a corrente petista Articulação, direção majoritária da Apeoesp, concentra seus discursos no ataque ao governo Serra. A verdade, porém, é que a política educacional aplicada pelo governo de São Paulo segue as diretrizes traçadas pelo governo Federal. *"Temos que atacar sim o Serra, mas não podemos esquecer que o que Serra faz aqui segue o que o governo Lula implementa na área"* afirma João Zafalão, diretor do sindicato pela Oposição Alternativa.

"As 10 metas da Educação de Serra, com a política de bonificação por mérito e avaliação de desempenho, é uma cópia fiel do Plano de Desenvolvimento da Edeucação do governo Lula", explica Zafalão. *"Nesse sentido, a política de Lula, do ministro da Educação Haddad, de Serra e do Secretário da Educação, Paulo Renato, é a mesma"*.

TESES
CONGRESSO DE UNIFICAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA
5 E 6 JUNHO
PARTE 1 PARTE 2 PARTE 3
SINDICATOS

Em defesa de um sindicalismo classista e socialista

Neste segundo artigo da série que apresentam as TESES para o Congresso da Classe Trabalhadora, abordaremos o papel dos sindicatos, a luta contra a burocratização, a importância do trabalho de base e os movimentos populares

JESUS CARLOS - AGENCIA IMAGENLATINA

CARLOS SEBASTIÃO "CACAU",
de Belo Horizonte (MG)

Os sindicatos são a principal forma de organização dos trabalhadores brasileiros e a base fundamental da organização unificada que surgirá do Congresso.

No entanto, os sindicatos tanto podem se constituir em uma poderosa ferramenta para a luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista, como também podem ser o oposto disso: entidades que colaboram com o capital para facilitar a exploração dos trabalhadores.

A direção política do sindicato – combativa, classista, socialista – é um componente básico deste diferencial. Por isso é tão importante o fortalecimento das oposições sindicais classistas, na luta pela derrubada do sindicalismo dos patrões e aos governos.

De outra parte, é necessário estabelecer, com clareza, os princípios da ação e da organização dos sindicatos. Estes princípios devem corresponder à estratégia e aos objetivos gerais da nossa luta e da organização que estamos construindo. No artigo anterior (ver edição n°400) abordamos a estratégia socialista, a independência de classe, a defesa da ação direta dos trabalhadores, a democracia operária e o internacionalismo.

A concepção classista e socialista da luta dos trabalhadores implica em vincular as lutas econômicas imediatas à luta política geral contra o capitalismo, à denuncia permanente deste sistema de exploração e da impossibilidade de nossa classe vir a ter uma vida digna enquanto ele persistir. Não se trata de capricho nosso, mas da natureza do capitalismo em sua fase atual, que não abre espaço para concessões aos trabalhadores.

Deve ser uma tarefa permanente dos sindicatos a luta contra as instituições que dão corpo ao sistema capitalista: o próprio Estado capitalista (compreendendo aí as instituições como os governos, a Justiça, o Parlamento, a polícia etc.) e também o combate às ideologias que buscam legitimar este sistema.

Partindo de cada luta concreta, por salário, por melhores condições de trabalho, em defesa do emprego, seja em uma empresa ou numa categoria, devemos buscar elevar essa luta econômica ou por reivindicações especificas, a uma luta de classe, dos trabalhadores contra o capitalismo. Por isso é tão importante unir os diversos processos em uma ação unificada da classe trabalhadora.

Nossa concepção de sindicalismo tem como centralidade a ação direta dos trabalhadores e a mobilização como arma fundamental para a conquista de nossas reivindicações.

Essa concepção é importante, pois serve tanto para educar os trabalhadores para que confiem somente nas suas forças e na sua unidade de classe, como para acumular forças e enfrentar os patrões e seus governos.

A ação sindical baseada na parceria com os patrões e os governos, como praticam a CUT e a Força Sindical, devem ser rechaçadas.

A ação institucional dos sindicatos, a utilização da justiça burguesa ou da pressão sobre o parlamento para aprovar leis de interesse dos trabalhadores, bem como a negociação e a contratação com os patrões e governos, são também parte da atividade dos sindicatos.

No entanto, todos esses instrumentos devem estar sempre subordinados à estratégia permanente que é a mobilização dos trabalhadores e sua organização numa perspectiva classista, socialista e internacionalista.

INDEPENDÊNCIA DE CLASSE E A LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL

Os sindicatos devem ser independentes dos patrões, do Estado burguês, dos governos e demais instituições. E essa independência deve ser também financeira. Por isso somos contra o imposto sindical e que os sindicatos recebam verbas do Estado ou dos patrões. Da mesma forma rechaçamos a interferência do Estado ou dos patrões na organização sindical, e é este o sentido da defesa que fazemos da liberdade e autonomia sindical. Os trabalhadores devem decidir livremente sobre como se organizar e como financiar suas entidades.

DEMOCRACIA OPERÁRIA

O sindicato existe em função dos interesses dos trabalhadores e deve ser controlado por eles. É, então, em

base ao critério da democracia operária que o sindicato deve ser organizado e deve funcionar. Isso implica em que, não apenas nos momentos de eleição da diretoria, mas permanentemente, os trabalhadores da base devam tomar as decisões mais importantes da entidade. Muitos são os mecanismos que podem e devem ser utilizados para isso: os congressos, as assembleias, reuniões por locais de trabalho, estudo ou moradia, a formação de conselhos deliberativos com participação de representantes dos trabalhadores etc.

O funcionamento cotidiano da entidade deve assegurar formas democráticas para a expressão das diferentes ideias que existem no interior dos sindicatos e as condições para que toda decisão seja antecedida de debate democrático, respeitando-se a pluralidade política existente. Apenas respeitando estas duas condições o sindicato poderá, como dizia Lênin, ser ao mesmo tempo uma escola de revolução e uma escola de governo para os trabalhadores.

LUTA CONTRA A BUROCRATIZAÇÃO

A burocratização do sindicato implica numa usurpação da representação e do poder que os trabalhadores concedem a uma diretoria eleita. Os trabalhadores esperam que esta diretoria respeite a vontade da categoria e utilize a representação e o poder que lhe foram concedidos para defender os interesses da classe de forma geral.

Em um sindicato burocratizado isto não acontece. A representação é utilizada de forma antidemocrática e em função dos interesses materiais e/ou políticos da diretoria ou de dirigentes da entidade, em prejuízo dos trabalhadores.

Isto pode ocorrer de várias formas: pela transformação do sindicato em um instrumento de colaboração com os patrões; pela ausência de democracia e do controle da base nas ações do sindicato e, ainda, pela utilização indevida da representação política ou dos recursos materiais do sindicato em benefício dos dirigentes.

Não é um problema fácil de ser enfrentado. A estrutura sindical brasileira foi concebida justamente para que não haja controle democrático da base sobre as ações dos dirigentes e das entidades.

Os próprios trabalhadores também são educados, na maioria das vezes, a esperar que "o sindicato" resolva os problemas. Também existe o problema da pouca formação política dos dirigentes e ativistas.

O combate a este processo é um dos desafios mais importantes que temos pela frente. Ou superamos o processo de burocratização que atinge as entidades que dirigimos ou este processo vai acabar por incidir sobre o nosso projeto político, levando ao abandono das propostas e concepções que defendemos.

A estrutura e o funcionamento burocrático das entidades sindicais não é um problema organizativo apenas. É a expressão, no terreno da organização dos trabalhadores, de um projeto político reformista, de colaboração com o capital.

Por isto a CUT ou a Força Sindical não tem nenhuma contradição com sindicatos burocratizados. Pelo contrário, defendem que eles sigam assim, burocráticos, para que exerçam o poder e o controle sobre as máquinas sindicais e desenvolvem seus projetos de parceria com os patrões e os governos.

IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO NOS LOCAIS DE TRABALHO

A ausência de organização dos trabalhadores no local de trabalho torna mais difícil que os trabalhadores assumam o controle da entidade e da sua direção. E isso também dificulta um funcionamento verdadeiramente democrático da entidade. Não há como os trabalhadores governarem cotidianamente os sindicatos sem que estejam organizados a partir dos seus locais de trabalho, fazendo refletir na direção sindical as demandas mais urgentes e sentidas pelos trabalhadores.

> Nossa concepção de sindicalismo tem como centralidade a ação direta dos trabalhadores e a mobilização como arma fundamental para a conquista de nossas reivindicações.

Apesar de reconhecermos a importância desta questão, não avançamos nesta tarefa nas nossas entidades, salvo honrosas exceções. É verdade que existem obstáculos objetivos ao avanço desta tarefa, como a repressão patronal, a própria situação da luta de classes e sua incidência na consciência dos trabalhadores. Mas também é verdade que poderíamos estar melhor hoje, neste terreno, do que estamos.

Nas empresas privadas existe muita repressão aos trabalhadores, mas podemos, por exemplo, utilizar a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) a serviço da organização interna dos trabalhadores.

A própria organização das atividades das diretorias dos sindicatos, a organização do seu tempo e da sua ação cotidiana conspira contra a organização de base, pois no dia a dia das atividades do sindicato a base é excluída. Quantos sindicatos ainda têm a prática de eleger comando de greve em assembleia, com participação da base, para dirigir as greves e participar das negociações com os patrões?

Não existe uma obsessão permanente em integrar os trabalhadores da base nas ações sindicais, em formar novos ativistas, novos dirigentes para a categoria. Pelo contrário, a diretoria tende a substituir o papel dos ativistas e a concentrar em suas mãos as tarefas e decisões tomadas no cotidiano da entidade, mesmo nos momentos de luta.

Da mesma forma, muitas vezes menosprezamos as possibilidades de estabelecer relações sociais e, a partir daí, relações políticas com os trabalhadores, não dando importância à organização de atividades culturais, sociais e esportivas nos sindicatos, nas empresas ou nos bairros.

Entre os trabalhadores do serviço público temos a vantagem da estabilidade de emprego relativa que os servidores ainda tem, além do fato dos sindicatos terem sido construídos num contexto de mobilização e de independência em relação ao Estado, nos anos 1980. Mas mesmo aí há retrocessos importantes na organização de base.

Avançar no processo de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho é, portanto, um desafio fundamental para o projeto que estamos construindo. É preciso, em cada entidade, estudar a fundo essa realidade, refletir sobre a nossa prática e dar passos concretos.

A formação política dos dirigentes e ativistas do movimento é outro aspecto importante. Ela deve se orientar pelos princípios do classismo, da independência e autonomia, do internacionalismo e solidariedade de classe, do socialismo.

O Congresso de Unificação não poderá tratar destes temas detidamente. Por isso defendemos que se aprove uma resolução que indique a realização de um Seminário Nacional em 2011. Esse seminário deve discutir e adotar resoluções e recomendações sobre a importância do trabalho de base e o combate à burocratização nas entidades sindicais e demais movimentos.

UNIR O MOVIMENTO POPULAR DA CIDADE E DO CAMPO COM O MOVIMENTO OPERÁRIO

O aumento da exploração capitalista leva muitos trabalhadores do campo e das periferias das grandes cidades a viver em condições subumanas, sem terra, moradia, trabalho, direitos sociais, vítimas da violência do Estado, da marginalização social e da destruição do meio ambiente.

As lutas pela reforma agrária sob controle dos trabalhadores, pela reforma urbana, moradia digna e serviços públicos de qualidade, são parte fundamental da luta dos trabalhadores como um todo. A defesa do meio ambiente, agredido pela ganância capitalista é também parte importante da nossa luta.

Os movimentos populares organizam uma parte importante da classe trabalhadora que, muitas vezes, não encontra nos sindicatos o instrumento de luta mais próximo de sua realidade imediata. São trabalhadores desempregados, donas de casa, jovens sem perspectiva, que não podem ou não conseguem se organizar sindicalmente, mas o fazem na luta de bairro, nas ocupações urbanas e nas diferentes organizações do movimento popular.

A unidade do movimento popular do campo e da cidade com o movimento sindical no dia a dia das lutas fortalece a luta de todos.

A experiência da Conlutas, ao juntar numa mesma organização as diferentes experiências de organização e luta dos trabalhadores, seja nos sindicatos, no movimento popular do campo e da cidade, ainda que modesta, demonstra que isso é possível e necessário. A nova central deve aprofundar essa experiência. ■

Superexploração sustenta a recuperação da economia

Na indústria, emprego cresce bem menos que produção. Após auge da crise, operários são ainda mais explorados

TRABALHO EM RITMO ALUCINANTE

DIEGO CRUZ, da redação

Mário* trabalha em uma unidade da siderúrgica Gerdau em Pindamonhangaba, interior de São Paulo, há mais de vinte anos. É do setor de produção de cilindros utilizados para laminação, que abastece principalmente as fábricas de auto-peças. No final de 2008, como inúmeros outros trabalhadores país afora, ele percebeu que a "marolinha" de Lula era na verdade um tsunami. A crise internacional chegava com tudo no Brasil, deixando um rastro de demissões no setor industrial.

Primeiro, a produção caiu drasticamente. Depois, vieram os cinco meses de férias coletivas, e o inevitável medo da demissão. O tempo passou e a siderúrgica foi aos poucos retomando o ritmo. Muitos trabalhadores, porém, não retornaram. *"Mais de 300 foram mandados embora"*, atesta Mário, que calcula trabalharem na unidade uns 2 mil funcionários.

Hoje, quase um ano e meio depois da chegada da crise, a produção está quase no mesmo nível que antes. *"Fazíamos cerca de 10 cilindros por dia, hoje estamos fazendo algo como 7 ou 8"*, diz. A diferença, porém, é que, se antes havia 75 trabalhadores na mesma área que trabalha Mário, hoje há somente 40. Resultado: horas extras, pressão para aumentar ainda mais o ritmo de trabalho e assédio sobre os trabalhadores.

Na fabricante de aeronaves Embraer, em São José dos Campos (SP), isso é ainda mais explícito. Em 2008, a empresa produziu 204 aviões, no ano seguinte foram 244. E isso com 4.200 trabalhadores a menos.

Esses exemplos mostram exatamente a realidade nas fábricas hoje. O governo e a imprensa fazem alarde sobre o suposto fim da crise e a retomada do crescimento econômico. Na indústria, prevalece o discurso otimista que dá a entender que as dificuldades ficaram para trás. O que ninguém diz, porém, é que a tal recuperação se dá às custas do aumento brutal da exploração dos operários.

O QUE SUSTENTA A "RECUPERAÇÃO"?

No Brasil, a indústria foi o setor mais afetado pela crise. Para enfrentá-la, as empresas, com o apoio de centrais como CUT e Força Sindical, lançaram mão além das demissões, de férias coletivas com redução dos salários e todo tipo de flexibilização. Queriam manter suas margens de lucros reduzindo os custos com mão de obra. Além da Embraer, que demitiu 4 mil trabalhadores, a também privatizada Vale dispensou 1,3 mil. E a General Motors, recuou em 2.500 postos de trabalho em São José dos Campos (SP).

O governo Lula, por sua vez, lançou mão de uma série de medidas para ajudar os empresários. Bilhões em subsídios, financiamentos a juros baixos e isenções fiscais protegeram os lucros das grandes empresas e multinacionais.

A produção industrial ainda não retomou os níveis pré-crise, mas aumentou seu ritmo. Os patrões, porém, valendo-se da máxima que "crise" é sinônimo de oportunidade, arrumaram logo um jeito de lucrar ainda mais.

Como já haviam demitido, para que recontratar todos se podem forçar os trabalhadores que ficaram a trabalhar mais? Gastando menos com mão de obra e contando com a ajuda do governo, a Embraer, por exemplo, aumentou em 109% seu lucro líquido. Há hoje, em toda a indústria, 300 mil operários a menos do que em outubro de 2008.

300 mil vagas foram perdidas no setor industrial, desde outubro de 2008

NO 4º TRIMESTRE DE 2009 (Sobre o mesmo período de 2008)

Alta na produção **5,8%**

Queda no emprego **-4,2%**

Fonte: IBGE

MAIS POR MENOS

Se antes da crise, em pleno crescimento da economia, já havia uma enorme pressão para o aumento da produtividade, depois da onda de demissões isso só piorou. Como a produção cresce numa proporção maior que os empregos, os trabalhadores são obrigados a compensar essa diferença aumentando seu ritmo e a jornada de trabalho.

> Em 2008, a Embraer produziu 204 aviões, no ano seguinte foram 244. E isso com 4.200 trabalhadores a menos

A metalúrgica Beatriz é auxiliar de produção e opera uma máquina de solda. A jornada é extenuante e as horas extras cada vez mais frequentes. *"Trabalho 8 horas por dia na semana e 7 horas no sábado, mas ultimamente sempre tem hora extra no domingo"*, relata. Quando faz hora extra, trabalha outras 8 horas.

Para a refeição, são 30 minutos. Mas na prática pode ser menos. A gente só sai, come e já volta." Tudo muito corrido *"para que a máquina não fique parada"*.

O jovem Bruno, funcionário de uma autopeça de São Paulo, vê essa realidade cotidianamente. *"Tem um setor grande da empresa que faz muitas horas extras"*, relata. *"Agora estão dizendo que a segunda parcela da PLR vai depender do rendimento, da produtividade, qualidade, e da frequencia"*, conta o metalúrgico que ganha R$ 4,60 a hora e que percebeu um aumento no ritmo de trabalho nos últimos meses.

CONTROLE

No último trimestre de 2009, a produtividade dos trabalhadores da indústria cresceu 10% em relação ao mesmo período do ano anterior. Enquanto a produção cresceu 5,8%, o emprego diminuiu 4%.

Como se não bastasse, a média salarial diminui, pois os operários que entram no mercado de trabalho são obrigados a aceitar salários mais baixos. Ajuda nisso a altíssima rotatividade da mão de obra.

Se os mais novos já são contratados sabendo dessa situação, os mais antigos são disciplinados, com um controle cada vez mais rígido do serviço. *"Dizem bem claramente: quem não se enquadrar no sistema, é rua"*, conta Mário. Não é de se espantar, assim, os cada vez mais frequentes acidentes de trabalho. Só na Gerdau de Pindamonhagaba foram oito só na época do carnaval.

* *Todos os nomes são fictícios*

"Vocês vão ganhar três vezes menos"

"Quem não estiver satisfeito, pode procurar outro emprego". Foi o que Mauro ouviu na entrevista de seleção para um trabalho em uma fábrica de auto-peças do grande ABC, que tem cerca de 6 mil operários.

Durante a crise, a fábrica demitiu todo um setor da unidade, a fim de terceirizar o serviço e cortar custos. Não deu certo e a empresa teve que abrir novas contratações. Mas vão pagar um terço do que recebem os antigos funcionários. *"Eles logo advertiram: aqui dentro vocês vão ouvir toda hora que estão ganhando menos que os outros"*, conta Mauro.

Se antes do auge da crise, um operário ganhava quase R$ 10 por hora, agora a empresa oferece apenas R$ 3,50 aos que quiserem entrar.

TRABALHO ACELERADO

> "Há 30 minutos de intervalo para a refeição, mas na verdade acaba sendo sempre menos que isso, para que a máquina não fique parada"

> "Sinto dores no corpo, cansaço físico. Muito pó de ferro no ar, que a gente percebe que vai se acumulando nas narinas"
>
> *Beatriz, auxiliar de produção de uma grande empresa na Grande São Paulo*

> "Trabalho 8 horas por dia na semana e 7 horas no sábado, mas ultimamente sempre tem hora extra no domingo"

> "Há um setor grande da empresa que faz muita hora-extra"
>
> *Bruno, metalúrgico de uma autopeças de São Paulo*

Para os patrões, cada segundo conta

GM aumentou a produção no equivalente a uma nova fábrica, pressionando mais os operários

A fábrica da General Motors em São Caetano (SP) produzia 38 carros por hora em 2006. Hoje, produz 53. O segredo não está no aumento do número de operários ou na modernização. O aumento da produtividade está na pressão para que os trabalhadores produzam mais no menor tempo possível.

Segundo reportagem do jornal Brasil Econômico, o próprio vice-presidente da GM para o Mercosul, José Eugênio Pinheiro (foto), se reúne toda semana com os operários de determinada planta a fim de tirar o máximo de cada funcionário. *"Esse é o pulo do gato: conseguir tirar o máximo de cada linha, dispensando novos investimentos"*, afirmou o executivo ao jornal. A estratégia do executivo é reduzir em um segundo a produção de um carro na linha. E assim sucessivamente, de segundo a segundo.

Pinheiro se gaba de ter aumentado a produção da GM no Brasil e na Argentina em 150 mil carros por ano, sem qualquer tipo de investimento. Só para se ter uma ideia, a planta de Gravataí (RS), que custou R$ 1 bilhão, faz 130 mil veículos por ano. Isso significa que a pressão em cima dos trabalhadores da GM e o aumento da produção equivalem a uma nova fábrica. Se para a multinacional sai de graça, para os operários essa "nova fábrica" vai custar uma infinidade de doenças ocupacionais.

REDUÇÃO SALARIAL E BANCO DE HORAS

Apesar da crise, a GM teve recorde de vendas em 2009. Só não lucrou mais, porque seu estoque não conseguiu atender toda a demanda, já que no decorrer do ano a multinacional reduziu a produção e demitiu, como os 2.500 operários que não tiveram seus contratos renovados na planta de São José dos Campos (SP).

Agora, para correr atrás do prejuízo, a montadora quer promover nova rodada de ataques, mirando os salários e direitos dos operários. Na cidade do Vale do Paraíba, a empresa vem anunciando através da imprensa que vai condicionar novos investimentos à adoção do banco de horas e a redução do piso salarial, repetindo o que tentou em 2008.

Empresários admitem que vão explorar mais em 2010

Empresas querem aumentar a produtividade em 15%. Mas emprego deve crescer apenas 3,9%

Mesmo com a relativa recuperação da indústria e as expectativas otimistas para 2010, a tendência é que os empregos continuem aumentando num ritmo bem menor que a produção. É o que atesta, por exemplo, a própria Fiesp, a Federação da Indústria de São Paulo.

Em pesquisa realizada em 365 empresas do estado no final do ano passado, 63% delas declararam planejar aumentar a produção nesse primeiro semestre de 2010. Contudo, contraditoriamente, apenas 51% demonstraram interesse em contratar novos trabalhadores.

Esse índice se torna ainda mais contraditório ao se levar em conta que 81% das empresas paulistas esperam aumentar os investimentos nesse semestre. Caso isso se concretize, a capacidade produtiva pode aumentar em até 15%. O emprego, por outro lado, caso se confirmem as expectativas do empresariado, crescerá apenas 3,9%. Ou seja, mesmo as empresas que declararam abrir novas contratações em 2010, irão fazer isso numa proporção bem menor que o aumento da sua produção.

Aumento de acidentes e doenças denuncia exploração

TRABALHO EM RITMO ALUCINANTE

MARIA ELVIRA, de São José dos Campos (SP)

O número de acidentes de trabalho tem crescido nos últimos anos. Segundo o Ministério da Previdência Social (MPS), em 2007 foram registrados 653 mil acidentes de trabalho, 27,5% a mais do que em 2006. Os números continuaram a crescer em 2008, quando explode a crise econômica, atingindo mais de 747 mil casos – um novo aumento de 13,4%. Ainda não foram divulgados os dados do ano passado. Mas certamente não há nada para se comemorar. Ocorre que no período de crise e, depois, na "recuperação" econômica, os índices de acidente de trabalho podem se elevar muito.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconhece que em períodos de crise os gastos dos governos com programas de prevenção e inspeção de trabalhos degradantes caem, assim as condições de trabalho precárias aumentam e com isso os riscos de acidentes e doenças do trabalho.

No período de crise as empresas economizam na prevenção da segurança, demitem trabalhadores, oferecem PDV's (Planos de demissão Voluntária), flexibilizam direitos. Já os trabalhadores, apreensivos com incertezas e a possibilidade real de demissões, são super explorados e obrigados a trabalhar por aqueles que perderam seus empregos. Já durante a recuperação econômica, os patões aumentam a produção, muito mais rápido e com menos trabalhadores.

Na base metalúrgica de São José dos Campos (SP) é possível constatar um aumento brutal de doenças do trabalho, como LER/Dort e também dos acidentes típicos. Alguns dos acidentes que já haviam declinado nos últimos anos voltaram a crescer.

O ritmo acelerado de trabalho, aliado à pressão da chefia com as ameaças de demissão e planos de flexibilização mirabolantes, acabam adoecendo os trabalhadores física e psicologicamente.

Por outro lado, as empresas escondem os acidentes típicos, pois se negam a emitir a CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) para que o índice de acidentes permaneça estável ou caía. Dessa forma, além de não terem o aumento da alíquota do FAP (Fator Acidentário Previdenciário), terão ainda a redução do imposto, pois este tem sido o efeito da aplicação do chamado Nexo Técnico Epidemiológico criado pelo governo Federal. Neste período fica mais evidente que o projeto do governo para supostamente reduzir os acidentes de trabalho não vingou. Pelo contrário, fez com empresas omitam cada vez mais informações e deixem os trabalhadores reféns dos patrões.

Diminuir jornada, sem diminuir direitos

JOSÉ MARIA DE ALMEIDA, pré-candidato do PSTU à Presidência da República

O ritmo de trabalho é infernal dentro das fábricas. A recuperação parcial da economia, da qual o governo tanto faz propaganda, se dá graças a uma superexploração brutal dos trabalhadores.

Os patrões aproveitaram a crise pra demitir. Os que continuaram trabalhando tiveram que realizar as funções de seus colegas demitidos. Agora, contudo, com a recuperação, a produção cresce mais dos que o número de empregos, e os trabalhadores continuaram trabalhando mais para produzir mais.

Essa superexploração é consequência direta das ações do governo diante da crise. Ao invés de editar uma lei que proibisse os patrões de demitirem, o governo Lula deu dinheiro aos empresários e isenção de impostos, como foi o caso das montadoras.

Por outro lado, as jornadas extenuantes de trabalho estão aumentando ainda mais as doenças e acidentes. É bom lembrar que essas doenças que atinge a classe trabalhadora são provocadas pela burguesia.

Mas a exploração dos patrões aumenta graças a uma importante colaboração das centrais governistas, CUT e Força Sindical. São elas que junto com as empresas aplicam e defendem o Banco de Horas nas suas bases. Hoje, o Banco de Horas é um dos principais instrumentos de superexploração dos trabalhadores, pois permite que os patrões imponham uma jornada maior sem pagar horas extras.

É preciso dar uma basta a superexploração. Temos que enfrentar os patrões e derrotar o Banco de Horas como fizeram os metalúrgicos da GM de são José dos Campos.

Para acabar com as jornadas alucinantes, propomos a redução imediata da jornada de trabalho para 36 horas, sem diminuição dos salários e direitos. Essa medida ajudaria a combater o desemprego, absorvendo milhões, além de diminuir o tempo de trabalho. Com a redução da jornada também é possível salvar a saúde dos trabalhadores.

Mas para acabar com a superexploração é preciso terminar com o domínio das grandes empresas multinacionais e nacionais sobre a economia. Os patrões fazem a economia girar ao redor de aumentar seus lucros. Um avanço tecnológico, que poderia se transformar em uma diminuição do tempo de trabalho para todos se transforma na demissão de trabalhadores. E mesmo quando não fazem investimento nenhum, eles obrigam os operários a trabalhar mais para aumentar a produção e seus lucros. É preciso estatizar as grandes empresas sob controle dos trabalhadores para que a produção seja utilizada para atender as necessidades da população e não dos lucros de uma pequena minoria. ■

O Capitalismo e suas crises

No momento em que a crise econômica internacional inicia uma nova fase, quais as perspectivas para o desenvolvimento do capitalismo? Qual o futuro do Brasil e dos países periféricos frente aos países imperialistas? Estes e vários outros temas são tratados no mais recente livro da Editora Sundermann: Capitalismo em Crise. A Natureza e a dinâmica da crise econômica mundial.

DANIEL ROMERO, do Ilaese e de Salvador (BA)

O livro **Capitalismo em Crise** retoma este debate e aborda vários outros temas não apenas para compreender a crise, mas também para identificar quais as perspectivas para uma saída revolucionária.

Organizado por Plínio de Arruda Sampaio Jr., professor de economia pela Unicamp, que também escreve um artigo, o livro também publica as visões de Eduardo Almeida, Jorge Grespan, Maria Orlanda Pinassi, Ricardo Antunes, Valério Arcary e Virgínia Fontes.

Vamos nos deter brevemente naquilo que a boa tradição marxista conservou de melhor: as polêmicas, onde justamente reside a qualidade do livro.

NATUREZA DA CRISE

No campo do marxismo, é possível identificar ao menos quatro grandes interpretações distintas sobre a natureza da crise atual, mas quais ainda resistem ao tempo?

Uma delas caiu em descrédito rápido, ao afirmar que o capitalismo estaria passando por uma crise terminal. Assim como é incorreto procurar decretar o fim da crise, igualmente se mostraram equivocada as interpretações que apostaram no juízo final automático do capitalismo, devido às suas próprias contradições econômicas.

No lado oposto, aqueles que identificam o problema circunscrito à esfera financeira é porque tem tomado as causas da crise pelas suas formas de manifestação, ao menos é isso que podemos concluir com o artigo de Jorge Grespan, no qual procura identificar os elementos essências da teoria das crises em Marx. Para o autor, as crises no capitalismo podem se manifestar de diversas maneiras, como desproporção entre os departamentos de bens de consumo e bens de produção, subconsumo das massas, redução das taxas de lucro ou crises financeiras. Para além destas formas de aparição, as crises consistem essencialmente na incapacidade do capital em absorver e valorizar trabalho vivo devido à sobreacumulação.

Outras duas abordagens sobre a natureza da crise são apresentadas no livro: ela consiste em mais uma crise cíclica de superprodução ou uma crise de novo tipo, de caráter estrutural? Ricardo Antunes, Maria Orlanda e Virgínia Fontes, inspirados no marxista húngaro Istvan Mészàros, procuram delinear diversos aspectos do caráter estrutural e sistêmico da crise atual, como o papel do Estado, da ideologia e do imperialismo. Segundo os autores, o capitalismo é incapaz de retomar as taxas de crescimento que experimentou durante o pós-guerra. Estaríamos vivenciando altas conjunturais tímidas em um cenário de recessão estrutural desde os anos 1970, incapaz de ser revertido. Com isso, além de minar as bases objetivas do reformismo, ao não ter condições de promover um aumento significativo da produtividade do trabalho capaz de elevar as condições de vida até mesmo para uma aristocracia operária dos países centrais, o capitalismo também tem agravado as crises sociais e ambientais em escala mundial. Este cenário de barbárie social seria mantido por uma ideologia e Estado crescentemente de tendências fascistas.

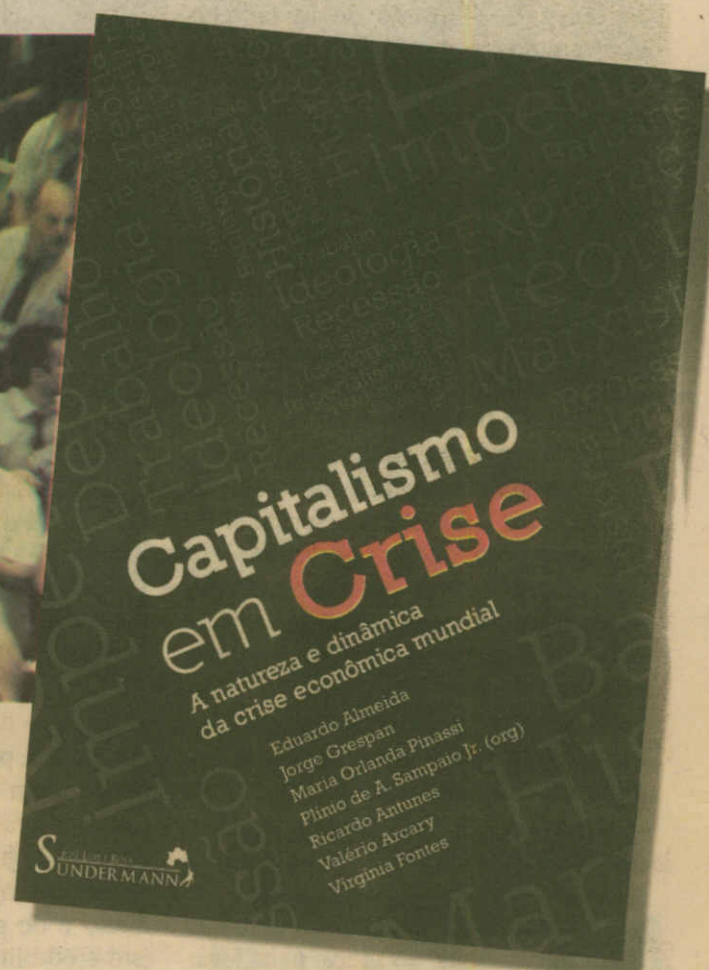
Eduardo Almeida e Plínio de Arruda Jr. apontam para uma interpretação distinta, que procura identificar o caráter cíclico da crise. Apoiando-se nas análises de Trotsky sobre a teoria das ondas e polemizando com Mandel, Eduardo Almeida procura mostrar a relação entre crises econômicas e luta de classes. Ele destaca que, ao invés de uma fase recessiva desde os anos 1970, o capitalismo teria conseguido imprimir elevadas taxas de lucro e de acumulação a partir dos anos 1980, em função da queda do Muro, das políticas neoliberais em escala internacional e da globalização da economia. No entanto, esta onda ascendente se inverteria a partir de meados dos anos 1990, dando início a uma prolongada fase recessiva, cujos grandes movimentos serão decididos no terreno da política.

DINÂMICA DA CRISE

A propósito da dinâmica da crise, talvez aqui contenham as maiores divergências entre os economistas marxistas. Afinal, como se comportará a economia? Uma experiência que repita exatamente 29, com uma queda drástica seguida de uma grande depressão, já parece pouco provável. Por outro lado, uma recuperação rápida também não parece estar na ordem do dia, como atestam os problemas fiscais na Europa e nos EUA.

Plínio de Arruda Jr., por sua vez, aposta em uma recessão prolongada pelo fato de que os Estados optaram por administrar a crise ao invés de fazer as queimas necessárias de capitais em excesso. Enquanto tais desvalorizações não ocorrem, a crise perduraria por tempo indefinido, mas com aumento do desemprego, pressão pela retirada de direitos e arrocho salarial.

SAÍDAS

Os autores compreendem que não é possível uma saída keynesiana, com restauração do Estado de Bem-estar social na Europa, ou um projeto nacional-desenvolvimentista para os países periféricos. Ao contrário deste cenário, Plínio de Arruda Jr. argumenta que a alternativa gestada pelos últimos governos no Brasil e da maior parte da América Latina tem resultado em uma reversão neocolonial.

A HORA DA POLÍTICA

Valério Arcary critica as análises rápidas que creditam às lutas revolucionárias uma sucessão natural das crises econômicas. O autor dá pistas interessantes para as relações política e econômica entre os países no sistema imperialista. No entanto, sua preocupação principal é compreender a relação entre crise econômica e crise política, particularmente a formação de uma situação revolucionária. O proletariado está maduro para uma revolução? Como se dá este processo e qual o papel das organizações da classe trabalhadora, principalmente do partido?

Por mais importante que seja compreender a dimensão econômica da crise, temos certeza que o leitor – assim como nós – quer mudar logo de palco. Mudar para um terreno que nos movimentamos melhor: resolver a crise no terreno da ação política de massas. ■

Briga por royalties esconde avanço das multinacionais

AMÉRICO GOMES, do Instituto Latino-Americano de Estudos Sócio-Econômicos (ILAESE)

O cenário é insólito: de um lado encontraremos o presidente da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Haroldo Lima, do PCdoB, responsável pela organização de todos os leilões realizados no governo Lula para entrega de nosso petróleo às grande multinacionais. Está aliado com Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), que apresentou uma emenda ao marco regulatório do governo Lula, aprovada na Câmara por 369 votos contra 72. Eles defendem alterações na distribuição de royalties do Pré-Sal de maneira que favoreçam estados e municípios onde não há produção.

Do outro lado está o governador do Rio de Janeiro, Sergio Cabral (PMDB), que denuncia que, se a emenda for aprovada no Senado, seu estado deverá perder uma receita de R$ 7,5 bilhões por ano.

Plataforma de frente para a praia no Rio de Janeiro

Sérgio Cabral na marcha do dia 17 de março

O governo do Rio organizou uma marcha no dia 17 de março que, segundo estimativas, reuniu entre 50 e 80 mil pessoas. Majoritariamente bancada pelo aparato do Estado, com direito a ponto facultativo aos servidores e requisição de trabalhadores das obras do PAC, com ônibus de graça para levar todo mundo.

Lula espertamente, buscando turbinar a difícil candidatura de Dilma Roussef, não queria entrar na discussão e nem mesmo votar os royalties neste ano. Sabia que iria dividir a base governista: *"em ano de eleição todo mundo quer fazer gracinha"*, disse.

Um ativista desavisado poderia ficar em dúvida sobre de que lado estar. Mas tudo não passa de uma grande farsa.

Ibsen Pinheiro e Haroldo Lima querem holofotes num ano eleitoral, pouco importando se a medida prejudicaria ou não a população dos estados produtores. Cabral e o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PMDB), fazem uma campanha demagógica e hipócrita, tentando criar uma espécie de "nacionalismo fluminense" preconceituoso contra os estados do Nordeste, tentando usar a população como massa de manobra.

ENTREGARAM TUDO E AGORA QUEREM BRIGAR PELAS MIGALHAS

O novo marco regulatório mantém a entrega do petróleo às multinacionais, agora em regime de partilha. Praticamente não existe mudança entre este regime e o de concessão. Além disso, 29% do Pré-Sal já foi leiloado.

Para se ter uma ideia do tamanho da entrega, o campo de Tupi, localizado em Santos, pode chegar a 12 bilhões de barris. Com o barril cotado a 70 dólares, significa uma renda de 840 bilhões dólares. Segundo a ANP, no bloco Pão de Açúcar o volume de petróleo estimado é de pelo menos 5 vezes mais, isto é 60 bilhões de barris, e tudo isso já foi abocanhado pela ExxonMobil, Chevron, Shell, Galp, Repsol e Hess.

Os royalties significam de 5% a 10% da produção de petróleo. Os deputados aprovaram o aumento do percentual para 15% nas áreas do Pré-Sal. A União fica com quase 40% do bolo. Outros 52% ficam nos locais onde há a extração. O restante, quase 8%, fica entre os demais estados e municípios.

No epicentro da polêmica, portanto, estão recursos que somaram, no máximo, 5 bilhões de dólares no ano passado. Quer dizer, estão entregando 4,2 trilhões de dólares para as multinacionais e fazem escândalo com 5 bilhões.

Se o monopólio estatal do petróleo, derrubado por FHC, fosse retomado, e a Petrobras fosse totalmente estatizada, toda a renda petroleira ficaria em nosso país. Com isso poderíamos investir na construção de casas populares e saneamento, por exemplo. Além do que o transporte coletivo ficaria mais barato, pois a gasolina e o diesel poderiam ser vendidos a um preço muito mais baixo e os alimentos, transportados em caminhões e aviões por todo país, seriam vendidos a um preço menor.

QUEREM É MAIS DINHEIRO PARA A CORRUPÇÃO

Em 2008, a União ficou com algo em torno de R$ 10 bilhões, mas a maioria deste dinheiro foi destinada ao pagamento de juros da dívida. O Rio recebe cerca de R$ 7 bilhões em royalties por ano. E o município de Campos dos Goytacazes, no norte fluminense, R$ 400 milhões anuais.

A população carente destes municípios se pergunta: aonde foi este dinheiro? Ele não se reverte em benefício para a população que sofre com serviços públicos precários.

Esse dinheiro é usado para compra de políticos, depositado em contas na Suíça e para dar lucro para as empreiteiras que tocam as obras do PAC, das Olimpíadas e da Copa.

As organizações populares, os sindicatos, os partidos da classe trabalhadora e suas associações devem exigir o controle destes e de todos os recursos do Estado. Deliberando e fiscalizando sua utilização.

A partir daí poderemos decidir se as cidades produtoras poderão ou não receber recursos extras, e quais realmente sofrem impacto social e ambiental devido a essa produção. É um absurdo que organizações de nossa classe participem deste tipo de manifestação.

CONTRA O NOVO MARCO

Além do regime de partilha, o novo marco regulatório propõe uma capitalização da Petrobras que representa uma verdadeira entrega. Serão dados 350 bilhões de dólares em petróleo da União, sem qualquer ônus, aos 67,2% acionistas da Petrobras (40% estrangeiros).

Já o Fundo Social vai fortalecer o mercado financeiro, pois determina que somente o rendimento das aplicações financeiras será destinado às áreas sociais. Assim, o fundo vai proporcionar "rentabilidade e liquidez".

Não pode ser que este Congresso, conhecido como um antro de corrupção, decida sobre os destinos do Pré-Sal.

Por isso exigimos do governo Lula que seja convocado um plebiscito nacional em 2010, para decidir sobre como deve ser a extração e produção de todo o petróleo e como será a repartição dos lucros.

MONOPÓLIO DA PRODUÇÃO E PETROBRAS 100% ESTATAL

Queremos o monopólio da produção de petróleo exercido unicamente por uma Petrobras 100% estatal, sob controle dos trabalhadores e dos movimentos sociais, que possam desenvolver uma administração estratégica das reservas, direcionando-a para a satisfação das necessidades da população. Que sirva também para diminuir as emissões de gases poluente e desenvolva a pesquisa em energias limpas alternativas.

Exigimos o fim dos leilões e a retomada das reservas leiloadas sem indenização às multinacionais que já ganharam demais.

Queremos a extinção da ANP e o fim do Conselho Nacional de Política Energética. Estamos contra a criação da PetroSal. Para isso propomos a realização de uma "Jornada de lutas pela soberania nacional", com atos, greves e manifestações.■

A Venezuela e a crise do chavismo

As graves dificuldades após a crise econômica mundial, a megadesvalorização da moeda (bolívar forte), a renúncia de ministros e chavistas "históricos" e o retorno de protestos estudantis compõem o atual cenário político do país

DA REDAÇÃO

O governo de Hugo Chávez passa por uma das piores crises políticas de sua história. Não é a primeira enfrentada pelo regime. Em mais de dez anos de governo, Chávez viveu diferentes crises, por exemplo, a do golpe de Estado de abril de 2002. No entanto, desta vez, é bastante diferente.

As crises anteriores ocorreram em meio a um crescimento do chavismo e tiveram desfechos vitoriosos, dando a Chávez mais apoio das massas populares e da classe operária. Hoje, porém, crescem a desilusão e o ceticismo dos setores mais pobres e a ruptura de setores da classe trabalhadora com o governo.

Heinz Dieterich, quando lançou o livro " Hugo Chávez e o socialismo do século XXI"

Mesmo históricos defensores de Chávez, como Heinz Dieterich, ideólogo do chamado "socialismo do século 21", passaram a criticar abertamente o governo. *"A política do presidente não tem construído instituição alguma que se possa chamar de socialismo do século 21"*, disse Dieterich, que completa: *"Nada do que se fez na Venezuela é diferente dos mercados na Europa. Os programas sociais são muito positivos, mas nada disto é socialista"*. (Correspondencia de Prensa, 25/3).

Mas o que leva antigos chavistas a criticar e até mesmo a romper com o governo? Por que aumenta a desilusão de trabalhadores com a "revolução bolivariana"? Uma primeira explicação vem da economia.

IMUNIZAÇÃO

No início da crise econômica mundial, Chávez declarou que o "socialismo do século 21 imunizaria o país". Nada mais longe da verdade. Na América do Sul, a Venezuela foi um dos países mais afetados. Em 2009, registrou uma queda de 2,9%, enquanto a economia mundial caiu 1,1%. Na América Latina, a queda foi de 1,8%.

A resposta de Chávez à crise não foi diferente da de outros governos, ou seja, jogar a crise sobre as costas dos trabalhadores. Em janeiro, o presidente anunciou a megadesvalorização do bolívar forte para "combater" a mais alta inflação da América Latina, de quase 26% em 2009, oficialmente. A desvalorização arrasou ainda mais os salários.

Por outro lado, a medida foi muito bem recebida pelos capitalistas. Para o Fundo Monetário Internacional (FMI), a "desvalorização é um bom passo para a Venezuela". Já o presidente da federação industrial venezuelana declarou que *"o ajuste cambial protege a maioria do povo"*.

A razão para esses senhores aplaudirem a desvalorização é simples. A medida diminuiu drasticamente os salários, aumentando, portanto, as taxas de lucros dos empresários. As multinacionais que seguem explorando o país (como acionistas da "empresa mista" PDVSA, estatal de petróleo) vão gastar só a metade dos dólares para pagar os operários. O "excedente" irá para as matrizes, fora do país.

Aos efeitos da crise somam-se os descalabros administrativos na economia e na infraestrutura. Rica em petróleo, a Venezuela importa quase tudo, até alimentos. A geração de eletricidade continua uma calamidade. Apesar de ser um dos maiores produtores de energia, até hoje o fornecimento de eletricidade é interrompido por "apagões".

VIOLÊNCIA, REPRESSÃO E CORRUPÇÃO

Ao contrário do que disse Chávez, a Venezuela não estava imune à crise. Isso porque o governo não alterou o regime de propriedade. Ao manter o capitalismo, as crises econômicas aprofundam ainda mais a miséria.

Se o "socialismo do século 21" de Chávez não imunizou o país diante da crise, também não impediu o aumento da corrupção e da degradação social.

O desemprego e o trabalho informal atingem metade da população e provocam uma onda de violência na capital, Caracas. A cidade é a segunda mais violenta das Américas, o que mostra que as políticas assistenciais sequer foram capazes de mascarar a degradação social.

Por outro lado, a "revolução bolivariana" tem sido muito gentil com os novos ricos. Os chamados "boliburgueses" se enriqueceram à sombra do governo. E, frequentemente, envolvem-se em escândalos de corrupção, como Arne Chacón, irmão de Jesse Chacón, ministro e figura histórica do chavismo que participou com Chávez do levante militar de 1992.

Chacón se converteu em milionário e proprietário de bancos e estava associado a outro "boliburguês", o empresário Ricardo Fernández.

REPRESSÃO AOS OPERÁRIOS

A experiência com o chavismo também avança na classe operária. Nos dois últimos anos, os trabalhadores, especialmente operários industriais, têm protagonizado lutas duramente reprimidas pelo governo ou por pistoleiros. Em janeiro de 2009, dois operários da Mitsubishi foram assassinados pela polícia. Hoje, os trabalhadores da Mitsubishi lutam contra 200 demissões efetuadas pela empresa com a aprovação do Ministério do Trabalho.

Em todo o país, estima-se que quase 2.400 ativistas estão sendo processados.

A POLÍTICA DA OPOSIÇÃO BURGUESA

Protestos estudantis em 6 de fevereiro de 2010

O imperialismo e a oposição de direita, ao contrário do que a esquerda chavista afirma, não estão preparando um golpe militar contra o governo. Apostam no desgaste de Chávez e nas eleições legislativas de setembro.

A reação do governo diante da crise só fortalece a direita. Chávez tem uma postura cada vez mais autoritária, prendendo representantes e candidatos da direita. Com a esquerda chavista capitulando diretamente ao governo, a oposição de direita é quem se beneficia da crise venezuelana.

O movimento estudantil que saiu às ruas para se enfrentar com o autoritarismo de Chávez é dirigido por correntes da direita.

UMA SAÍDA INDEPENDENTE

O choque de setores da classe operária com o governo poderá aumentar. Chávez tenta transferir a crise para a classe trabalhadora, atacando salários, empregos e condições de trabalho.

Mais de uma década de regime chavista não significou nenhuma mudança estrutural no país, tampouco o levou a uma "transição ao socialismo do século 21". Por isso, a única saída para os trabalhadores venezuelanos é a construção de uma alternativa operária, independente dos patrões e do nacionalismo burguês de Chávez. ■

A convocação da V Internacional de Caracas: por que não iremos?

Em política, existem uniões que fortalecem, e outras que enfraquecem a luta pelo socialismo. Unir quem defende a luta de classes com quem defende a colaboração de classes não faz os socialistas mais fortes, mas os destrói

VALÉRIO ARCARY, Professor no IF/SP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo), é militante do PSTU

No final do ano passado, às vésperas do congresso do PSUV (Partido Socialista Único da Venezuela), ao participar de um encontro com as delegações internacionais, Hugo Chávez fez a convocatória de uma reunião em abril de 2010 para fundar uma V Internacional, com o objetivo de procurar *"a unidade dos partidos de esquerda e revolucionários dispostos a lutar pelo socialismo"*.

É provável que esta conclamação venha a despertar esperanças. É compreensível que seja assim, tanto mais que Chávez invocou a tradição das quatro Internacionais. A maioria dos militantes sinceros da causa socialista, dispersos no Brasil e no mundo em vários partidos e movimentos, compreende a necessidade urgente do internacionalismo. Uma Internacional para lutar contra o capitalismo seria a forma orgânica de transformar o internacionalismo de compromisso programático, ou iniciativas parciais, em uma força política real.

Mas nunca é positivo alimentar esperanças com ilusões. Elas são, irremediavelmente, uma antesala de frustrações, portanto, de desmoralizações irremediáveis.

A independência política de classe se impõe como uma pré-condição de uma Internacional anticapitalista. Em política, existem uniões que fortalecem, e outras que enfraquecem a luta pelo socialismo. Dois só são mais fortes do que um quando se unem para puxar a corda para o mesmo lado. Se cada um puxar a corda em direções diferentes, em vez de se fortalecer, se anulam. Unir quem defende a luta de classes com quem defende a colaboração de classes não faz os socialistas mais fortes, mas os destrói.

Não obstante, a iniciativa recebeu a adesão de François Sabado em nome da corrente conhecida como Secretariado Unificado (SU) da Quarta Internacional, que se expressa na França como componente do Novo Partido Anticapitalista (NPA). No Brasil, o chamado à V Internacional já recebeu uma adesão. Pedro Fuentes, veterano trotskista, da direção do MES e secretário de relações internacionais do PSOL, escreveu: *"A proposta de Chávez é progressiva diante do vazio internacional existente, um avanço que pode transformar-se em um salto para criar uma nova alternativa à situação atual que vivemos de profunda crise capitalista, para dar uma resposta à política imperialista (...) Queremos participar na construção deste processo que está apenas começando e que tem como próxima data marcada a reunião de final de abril em Caracas"*.[1]

Fuentes apresenta a V Internacional como um projeto em aberto, um espaço em disputa. Mas, evidentemente, não é assim. Assim como o PT não era um partido em disputa, porque tinha no seu interior um aparelho burocrático cristalizado muito antes de chegar ao poder, a Internacional chamada por Chávez já nascerá como um instrumento consolidado. Quem está dirigindo a convocação da V Internacional não é François Sabado ou Pedro Fuentes. Estes dirigentes, e as forças políticas que influenciam, serão imensamente minoritários nesta iniciativa. Quem está chamando a reunião de Caracas é Chávez e o seu PSUV, e seu projeto é a construção de um fórum para defender o governo venezuelano no sistema internacional de Estados. Estamos, portanto, diante da iniciativa de um governo (que vem perdendo apoio nas classes populares) que procura uma articulação com partidos (preferencialmente, partidos que estão no poder) para a construção de uma política internacional comum, a serviço das manobras diplomáticas dos seus Estados.

> Nunca é positivo alimentar esperanças com ilusões. Elas são, irremediavelmente, uma antessala de frustrações e desmoralizações

Os partidos que seriam a espinha dorsal dessa futura Internacional não se incomodaram em apoiar governos, como os de Lula, Evo Morales, Correa, Ortega, Lugo ou Tabaré Vásquez, que se dedicaram, cada um à sua maneira, a tranquilizar as suas burguesias de que nenhuma medida de ruptura com o capitalismo seria ensaiada.

Chávez desenvolve, há mais de dez anos, o projeto de um capitalismo periférico com forte regulação estatal combinado com programas sociais. Isso tem sido o suficiente para que os governos norte-americanos – Clinton, Bush e Obama - o hostilizem. Mas o governo norte-americano hostiliza mais ainda o Irã. Como socialistas, devemos defender o Irã e a Venezuela quando são atacados pelo imperialismo, mas não podemos enganar a nós mesmos. Ter choques parciais com o imperialismo não é o suficiente para que um governo seja considerado anticapitalista. Ou alguém duvida que o Estado venezuelano é capitalista? O próprio Chávez o admite.

É preciso muita inocência ou desinformação para imaginar que o que está acontecendo na Venezuela há 12 anos é o mesmo que aconteceu em Cuba entre 1959 e 1961, só que em câmara lenta. Doze anos, não dois anos, nos separam de 1998. Se Chávez estivesse realmente disposto à ruptura com a burguesia venezuelana, ela teria acontecido depois da tentativa frustrada de golpe, em 2002. O lugar político de Chávez é mais semelhante ao dos oficiais do exército peruano, que chegaram ao poder nos anos setenta, do que o de Fidel. Seu movimento bolivariano dentro das Forças Armadas não é o Movimento 26 de Julho.

Os partidos convocados para formar a V Internacional não podem ser sequer qualificados, seriamente, como anti-imperialistas. O governo da China, por exemplo, é uma peça chave de equilíbrio do mercado mundial, como principal credor da dívida do Tesouro dos EUA, e na estabilidade do sistema internacional de Estados, exercendo pressão sobre os poucos Estados independentes como Cuba e Irã.

Não será unindo numa mesma organização partidos burgueses como o Partido Revolucionário Institucional (PRI) do México, outros com composição social policlassista - como o próprio PSUV, a Frente de Resistência de Honduras, ou o Pólo Democrático da Colômbia, outros neoestalinistas e correntes socialistas minoritárias que se construirá uma Internacional. Nada animador poderá nascer da união de partidos diretamente burgueses, outros que defendem a colaboração de classes e partidos que defendem a revolução social anticapitalista. Unidos a estes partidos, os revolucionários não aumentariam sua influência, mas ao contrário, seriam silenciados e, finalmente, corrompidos ou desmoralizados.

Evidentemente, foi legítima a organização de unidades de ação anti-imperialistas em torno de campanhas, como foi a solidariedade com a resistência hondurenha ao golpe, ou a campanha emergencial de solidariedade ao Haiti, reivindicando, também, a retirada das tropas estrangeiras.

Mas uma unidade de ação de partidos que se unem em uma campanha com um objetivo comum circunstancial, ou contra um inimigo comum, não é o mesmo que uma Internacional herdeira da tradição da I, II, II, e da IV Internacionais.

Pedro Fuentes argumenta, contudo, que: *"Em nossa opinião, tem muita vigência a frase que disse Marx criticando o extenso, porém ambíguo programa de Gotha, ao redor do qual iriam unir-se duas correntes socialistas alemãs: 'mais vale uma ação comum do que meia dúzia de programas'"*.

Nesta passagem, Fuentes recorreu ao expediente escapista de polemizar com adversários doutrinários imaginários, e invoca o apoio de Marx. O exemplo é completamente inadequado. A Internacional de Caracas é muito mais parecida com a fundação do Movimento dos não alinhados na Conferência de Bandung dos anos cinquenta[2]. Não por acaso, o bolivarianismo de Chávez é mais parecido com o pan-arabismo de Nasser.

Por outro lado, Fuentes esqueceu-se de dizer que em Gotha uniram-se duas tendências do movimento operário alemão, os lassaleanos e os marxistas. Duas tendências proletárias, não uma corrente militar burguesa nacionalista associada a tendências reformistas pequeno-burguesas da esquerda venezuelana, e outra socialista. E, ainda assim, Marx ficou furioso com os líderes alemães da sua corrente, August Bebel e William Liebknecht, por terem feito concessões injustificadas ao lassaleanos, porque prezava a clareza do programa. De resto, se Marx soube ser flexível nas táticas era, todavia, irredutível nas questões de princípio. Nunca defendeu que os socialistas deveriam se unir a correntes burguesas que defendem a regulação estatal do capitalismo. Mas Fuentes aposta que: *"Do que se trata no chamado de Caracas é construir um reagrupamento onde se encontrem o novo nacionalismo radical bolivariano, as novas correntes*

anti-imperialistas, indigenistas e anti-capitalistas com a esquerda socialista. Um dos requisitos para que este processo avance é que tenha o critério de uma organização ampla de frente única, que possua traços mais parecidos com a Primeira Internacional de Marx do que com outras organizações".

Fuentes argumenta: a V Internacional será progressiva porque será parecida com a Primeira. Mas na Primeira Internacional existiam várias correntes, umas mais reformistas, como os seguidores de Proudon, e outras mais insurrecionais, como os anarquistas de Bakunin, mas todas eram independentes da burguesia e dos Estados. Uma frente de partidos interessados em articular uma rede de apoio político a governos burgueses não será uma Internacional Socialista, mas uma agência de sustentação da diplomacia de Estados. A Internacional de Caracas será um instrumento de pressão pela coexistência pacífica com o imperialismo.

Toda a experiência histórica sugere que uma Internacional Socialista é um desafio imensamente maior do que um organismo de frente única sindical em escala internacional. Só poderá ser construída como um instrumento de luta se for alicerçada em um programa comum e se for independente de Estados e governos.

O que Fuentes propõe aos militantes da esquerda socialista brasileira não é ousadia, mas uma aventura. Não foi outro critério que animou o MES a defender o apoio a Marina Silva, com resultados conhecidos. Cautela, seriedade e vigilância são reflexos políticos responsáveis, não sectários. Uma bandeira política manchada não pode ser lavada.

> A experiência histórica sugere que uma Internacional Socialista é desafio bem maior que uma frente única sindical em escala mundial

Esta defesa da fusão do nacionalismo chavista e do indigenismo de Evo com o marxismo revolucionário confessa uma ingenuidade política incorrigível, depois do que a esquerda brasileira viveu com a experiência de 30 anos com o PT e Lula.

O que podemos verificar neste processo não é evolução do chavismo na direção do internacionalismo revolucionário, mas o inverso: a orientação política do MES evoluiu do internacionalismo para o reformismo.

O vazio internacional de organização independente dos trabalhadores é verdadeiro. As explicações para a inexistência de uma Internacional com influência de massas são complexas, e nos remetem à história. O processo no qual as posições internacionalistas foram, politicamente, derrotadas e, por isso, permaneceram minoritárias, preservando uma herança, mas acumulando, também, os vícios políticos da marginalidade ainda não foi superado. A IV Internacional não existe mais como partido. A reconstrução da IV Internacional permanece necessária, e a LIT-QI está a serviço dessa tarefa. Mas, sempre que, por impaciência política, se procuraram atalhos, aconteceram desastres.

(1) O artigo completo está disponível no blog da Luciana Genro (consultado em 24/02/2010).

(2) Segundo a conferência, os países imperialistas seriam o Primeiro Mundo, a URSS e os países do Leste seriam o Segundo Mundo, e as ex-colônias seriam o Terceiro Mundo. A convocação foi assumida pela Índia, mas contou com o apoio da China. Assumiu oposição ao que era o neocolonialismo dos EUA, mas, também, distância da URSS, criando no auge da Guerra Fria o Movimento dos Não-Alinhados. Todos os 29 Estados presentes se autodeclaravam como socialistas.■

"É preciso uma candidatura que exija o fim da ocupação militar"

José Maria de Almeida, o Zé Maria, é o primeiro pré-candidato a presidente da República a visitar o Haiti. Ele iniciou a viagem no dia 30 de março. Durante quatro dias, até 3 de abril, ele percorre o país, conhecendo a situação dos haitianos após o terremoto e reunindo-se com representantes de sindicatos e movimentos sociais. Zé Maria integra uma comissão da Conlutas, com sindicalistas do ANDES-SN e do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos. Antes de viajar, Zé Maria conversou rapidamente com o Opinião Socialista

DA REDAÇÃO*

O pinião - Você é o primeiro pré-candidato a visitar o Haiti. Qual a importância desse tema nas eleições?

Zé Maria – Precisamos dar visibilidade ao Haiti na campanha eleitoral fazer com que as eleições sejam um momento de fortalecimento desta luta. As candidaturas do PSTU estarão a serviço disso. Enquanto Dilma e Serra defendem as tropas e outros se calam, é preciso uma candidatura que exija claramente o fim da ocupação.

Quando lutamos pela retirada das tropas brasileiras, além de manifestarmos nossa solidariedade, lutamos para que o Brasil pare de agir como jagunço do império do Norte. É o rumo do nosso país que também está em jogo.

Os próprios comandantes confirmam que um dos objetivos da ocupação é "treinar" a tropa para atuar nos morros. É uma preparação para enfrentar rebeliões do nosso próprio povo. No Haiti, reprimem o povo negro. Aqui, a PM entra nas casas dos trabalhadores e invade a favela no caveirão.

O governo fala em manter as tropas. Quais os interesses envolvidos?

Zé Maria – As tropas estão lá como braço armado de empresas dos EUA, Canadá, França e, agora, também do Brasil. Querem que os haitianos aceitem produzir para estas empresas, em troca do salário mais baixo das Américas. Prova foi o papel repressivo das tropas na greve dos operários têxteis.

A subserviência do governo Lula permitiu que nosso país chegasse a esta situação. Chefiar tropas estrangeiras em um país soberano é uma vergonha, uma das expressões mais evidentes do papel subalterno do Brasil.

A viagem também servirá para entregar a ajuda da Conlutas. Como foi a campanha?

Zé Maria – Desde o terremoto, iniciamos uma campanha de solidariedade, com forte conteúdo classista, recolhendo fundos para ajudar os trabalhadores do Haiti na reconstrução, mas também para fortalecer a sua luta para se libertar da espoliação que o imperialismo tem imposto. A campanha é vitoriosa, pela contribuição das entidades e da base - em muitas fábricas os trabalhadores descontaram 1% do salário. Nesta visita vamos fortalecer os laços com Batay Ouvriye e consolidar as bases para a segunda fase da campanha que, a partir de agora, será centrada na defesa da retirada das tropas.

Zé Maria inicia novas visitas aos estados

Atos apresentam nomes do partido aos governos

Zé Maria dá entrevista à TV Globo de Sergipe

Depois de grandes atos no final de 2009, que reuniram duas mil pessoas, o PSTU tem realizado novas atividades com Zé Maria, pré-candidato a presidente. Nos últimos dias, ele esteve em Brasília, Sergipe, Taubaté e São José dos Campos. Nas próximas semanas, visita o Rio de Janeiro.

No dia 16 de março, cerca de 100 pessoas se reuniram em Brasília para o ato com Zé Maria e Rodrigo Dantas, professor da UnB e pré-candidato ao governo. Entre os presentes, muitos lutadores: ativistas contra a corrupção no governo Arruda, grevistas do metrô e da UnB, bancários, servidores e estudantes.

Zé Maria falou sobre a necessidade de uma alternativa dos trabalhadores. *"O Lula falou que o PSTU não ganharia as eleições, e que se ganhasse não governaria. Pois fazer aliança com os empresários e abandonar a defesa dos trabalhadores para governar, realmente nós não queremos"*, disse. Para ele, o grande prejuízo com o governo Lula foi a ideia de que a aliança entre as classes é a única saída.

A fala foi interrompida pela notícia da cassação do governador Arruda. A notícia foi muito comemorada pelos convidados, que gritaram: *"Arruda na Papuda, PO [Paulo Otávio] no xilindró!"*. O clima era de grande alegria, principalmente entre os militantes, que prepararam a atividade.

SERGIPE

Zé Maria esteve no dia 20 em Aracaju (SE), para o lançamento da pré-candidatura de Vera Lúcia. A visita repercutiu em toda a imprensa. Na TV Atalaia, retransmissora da Globo, Zé Maria defendeu um programa socialista. "Achamos que o país pode assegurar emprego, moradia, uma vida digna, se nós abolirmos esse reino do capital, esse reino do lucro, que é o que comanda a nossa sociedade", afirmou.

Vera disputou a prefeitura, com 3,35% dos votos. Candidata ao governo, fará um balanço da gestão de Marcelo Deda (PT). *"Nos quatro anos, todas as greves foram consideradas ilegais, sindicatos foram multados, trabalhadores perseguidos da mesma forma como fazia a velha direita"*, afirmou. O partido também irá denunciar a crise da saúde, em especial do Hospital de Urgência.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

No dia 24, Zé Maria passou o dia em São José dos Campos (SP), onde conversou com trabalhadores e a imprensa, com entrevistas em rádios e jornais. No dia anterior, havia visitado Taubaté, cidade do Vale do Paraíba.

No final da manhã, ele percorreu as ruas do Pinheirinho, ocupação que desde 2004 é um símbolo da luta pela moradia, e almoçou com os moradores. À tarde, encontrou-se com sindicalistas. E, no final do dia, participou de uma confraternização no partido, com 100 pessoas.

Durante todo o dia, Zé Maria foi acompanhado pelo pré-candidato a deputado federal, Antônio Ferreira, o Toninho, que disputou a prefeitura em 2008, tendo recebido 3,47% dos votos.